

Recuerdos de Cuba: à luz dos 52 anos de Revolução

FREI BETTO

DESPERTEI para o socialismo em 1959, aos 15 anos, ao ingressar no movimento estudantil católico (JEC [Juventude Estudantil Católica], um braço da Ação Católica) que, no Brasil, tinha forte conotação de esquerda, graças aos frades dominicanos formados na França do pós-guerra, motivados pela aliança entre comunistas e cristãos na Resistência Francesa e pelo movimento dos padres operários. Eram leitores assíduos do primeiro Maritain e discípulos do padre Lebrez, também dominicano, fundador do movimento “Economia e Humanismo”.

Até aquela data, minha visão do mundo coincidia com o *american way of life*. Meu pai, jurista, havia lutado contra a ditadura de Vargas. Desde a redemocratização do Brasil, em 1945, postou-se ao lado das forças anticomunistas, assinou o *Manifesto dos Mineiros* e se aliou aos fundadores da UDN (União Democrática Nacional).

O movimento estudantil abriu-me olhos e consciência para o êxito da Revolução Cubana. Os barbudos de Sierra Maestra passaram a figurar em minha galeria de ícones, ao lado de atores como James Dean e Marlon Brando.

Cuba tornou-se objeto de minha atenção na mídia. Acompanhei as visitas de Fidel (1959) e Che Guevara (1961) ao Brasil, e a derrota dos mercenários *made in USA* na Baía dos Porcos (1961).

A ditadura militar instalou-se no Brasil em 1964. Dirigente estudantil, conheci o cárcere, pela primeira vez, em junho daquele ano. O olhar repressivo espelhou minha nova face: por lutar contra a ditadura, fui considerado pró-comunista.

Foram 15 dias de prisão. No ano seguinte, ingressei na Ordem Dominicana. Prossegui na resistência à ditadura; em São Paulo, vinculei-me à ALN (Ação Libertadora Nacional), grupo guerrilheiro liderado por Carlos Marighella. A partir daí, Cuba passou a ter, para mim, uma ressonância mais direta: OLAS, “um, dois, três... Vietnãs!”, a saga do Che no Congo e na Bolívia, a viagem de Marighella a Havana, de onde concitou os brasileiros a pegarem em armas contra o regime militar e pelo socialismo.

Minha participação na guerrilha urbana (1967-1969) tinha relação com Cuba. Coube-me, como principal tarefa, facilitar a saída clandestina do país de militantes perseguidos pela ditadura. Muitos tinham por objetivo treinar guerrilha na Ilha. Alguns haviam participado, em setembro de 1969, do sequestro

do embaixador norte-americano no Brasil. Quase todos retornaram clandestinamente ao Brasil; poucos sobreviveram à sanha repressiva.

Durante os anos de minha segunda prisão (1969-1973), Cuba pairava como referência e alento aos nossos propósitos revolucionários. Foi com incontida empolgação que, de dentro do cárcere, acompanhei, pelo rádio, a colheita de cana de 1970, cujo objetivo era obter uma safra de 10 milhões de toneladas. Não se atingiu a meta. E graças à Rádio Havana Cuba, sabíamos notícias importantes do Brasil, sobretudo enfrentamentos de militantes políticos com a repressão e relatos de prisões, assassinatos e desaparecimentos.

Revolução e Igreja

Em 1980, convidado ao primeiro aniversário da Revolução Sandinista, em Manágua, surgiu-me a oportunidade de encontrar Fidel pela primeira vez. Tinha a certeza de que seria também a última. Em casa de Sergio Ramirez, vice-presidente da Nicarágua, Lula e eu conversamos com o líder cubano das duas da madrugada às seis da manhã. Duas perguntas marcaram o nosso diálogo. A primeira, “Por que o Estado e o PC cubanos são confessionais?”. Fidel reagiu quase indignado: “Como confessionais?”. “Sim, comandante, tanto a afirmação quanto a negação da existência de Deus são manifestações confessionais, contrárias à laicidade que a modernidade imprime às instituições políticas.”

Fidel admitiu jamais ter encarado a questão por essa óptica. Anos depois, o congresso do Partido eliminou seu caráter ateu e passou a admitir o ingresso de militantes adeptos de denominações religiosas. (Surpreendeu o número de antigos militantes que se revelaram crentes.) O mesmo ocorreu em relação ao Estado, cuja mudança na Constituição determinou seu caráter laico.

A segunda pergunta concernia à relação entre Revolução e Igreja católica. Antes que Fidel respondesse, apresentei três hipóteses: 1) “A Revolução persegue a Igreja. Eis uma boa política favorável ao imperialismo, interessado em comprovar a incompatibilidade entre socialismo e cristianismo”. 2) “A Revolução é indiferente à Igreja. Também de agrado do governo dos Estados Unidos, pois faz da Igreja em Cuba reduto de contrarrevolucionários e descontentes com o regime”. 3) “A Revolução, como ente político, dialoga com a Igreja e procura inseri-la no processo de construção do socialismo”.

Fidel admitiu que a política revolucionária, embora jamais perseguisse denominações religiosas, estava equivocada quanto à Igreja católica. Há 16 anos ele não concedia audiência aos bispos. Perguntou se eu estaria disposto a colaborar para a retomada do diálogo. Concordei, mas isso dependeria do interesse do episcopado de Cuba.

Em 1981, a convite da Casa de las Americas, pisei pela primeira vez em Havana. Porém, o contato com os bispos só viria a ocorrer em fevereiro de 1983, quando a conferência episcopal me convidou para reunião no santuário nacional de Nossa Senhora do Cobre, próximo a Santiago de Cuba. Presentes o núncio apostólico e os oito bispos do país.

Expus a minha trajetória em relação a Cuba, desde o encontro com Fidel em Manágua, em 1980:

Creio que tenho possibilidades de contribuir para o diálogo Igreja-Estado neste país. Dirigentes do Partido Comunista estão de acordo que eu trabalhe nesse sentido. Porém, disse a eles que só o farei se os bispos locais concordarem. Se os senhores acham que não tenho nada a fazer, digam agora, pois é muito arriscado para mim vir a Cuba. Vivo sob uma ditadura militar, para a qual a simples menção do nome deste país causa arrepios. Se creem que tenho um papel a cumprir, estou disposto a enfrentar os riscos. Mas não quero atuar como livre-atirador, e sim em consonância com a conferência episcopal.

Já tenho demasiados trabalhos na Nicarágua e no Brasil, um país de dimensões continentais. Para mim não faz sentido vir sem a aprovação dos senhores. Se acham que devo interromper o diálogo com o governo, não volto mais. Mas fica com os senhores a responsabilidade desta decisão perante Deus e a história.

Os bispos puseram para fora seus fantasmas, manifestaram temores e perigos. Receavam que eu fosse manipulado pelo Partido. Pediram que eu saísse da sala por uma hora. Afinal, deram-me apoio.

Educação popular

Domingo, 10 de fevereiro de 1985. Após o almoço, atendi o telefone no Hotel Riviera, em Havana: “É Piñeiro. Não saia do hotel. Cervantes vai encontrá-lo agora”, preveniu-me o chefe do Departamento de América. Pouco depois, Sérgio Cervantes, funcionário daquele departamento do PC cubano, confirmou minha suspeita: Fidel Castro queria ver-me.

Durante cinco horas, Cervantes e eu aguardamos diante da TV, vendo filmes americanos. Às 9 da noite, Manuel Piñeiro ligou; convocou-nos ao Conselho de Estado, na Praça da Revolução.

Ao sair do elevador, no 2º andar, os seguranças nos conduziram a uma sala de espera muito confortável, decorada por telas e esculturas de bom gosto, mas tão refrigerada que recei me resfriar. Uma hora depois escutamos passos multiplicados no corredor. Aberta a porta, entrou Fidel. Fazia-se acompanhar por Piñeiro e mais três homens. “São comunistas chilenos”, apresentou-nos Fidel. “Espero que sejam também revolucionários”, observei, “pois isso de se dizer cristão ou comunista hoje significa pouco. Conheço cristãos de esquerda e comunistas de direita”.

Logo que os chilenos se despediram, Fidel conduziu-nos ao seu gabinete. Apontou-me o sofá maior sob a tela que retrata Camilo Cienfuegos e ocupou a poltrona à minha esquerda. Falou-me de seu encontro com a delegação episcopal dos Estados Unidos. Contudo, o que o preocupava eram os bispos cubanos, com quem, há pouco tempo, tivera contato: “Desde o início da Revolução houve muitos pecados de ambos os lados. Mais do nosso lado que do lado da Igreja”, admitiu. “Eu mesmo tinha meus preconceitos em relação aos bispos e estava mal informado. Julgava monsenhor Adolfo (Rodríguez) um conservador e reacionário. Ao contrário, é um homem sério e com quem se pode conversar.”

“Pelo que sei”, comentei, “os bispos também gostaram do encontro. E ficaram muito satisfeitos com a perspectiva de ter encontros periódicos com o senhor.” “Sim”, disse o comandante, “estou disposto a isso, mas para discutir questões fundamentais, e não a viagem de um padre para fora do país ou a reforma de um templo.”

Acrescentou que vira como positivas as viagens do papa João Paulo II à América do Sul. Indagou o que significam e como funcionam o concílio e o sínodo, e interessou-se por aspectos pessoais de minha família e da minha formação religiosa: “Diga-me como é a formação de um frade dominicano”, solicitou em tom muito baixo, gutural. “Fui aluno dos irmãos lassalistas e, em seguida, dos jesuítas. Naquele tempo, eles falavam contra os protestantes e os judeus, e havia racismo nas escolas.”

Expliquei-lhe a formação dos frades dominicanos. Curioso, Fidel perguntou pelo currículo, os professores, os exames, os cursos complementares: “Estuda-se marxismo?”. “Sim, na filosofia”, respondi. “O preconceito aos manuais favoreceu meu contato com as obras de Marx, de Engels, de Lenin, e também de Trotsky e de Stalin. Livrei-me assim do dogmatismo de Plekhanov e do mecanicismo de Pulitzer. Aprendi muito também com as reflexões de Gramsci. Sem ele é impossível compreender bem o fenômeno religioso nas lutas sociais.”

“Mas você não está querendo negar o valor da teoria?”, ponderou Fidel. “Não, mas se a mera capacitação teórica fosse suficiente, os partidos comunistas da América Latina, detentores do marxismo-leninismo, teriam feito revoluções. Nenhum partido comunista até agora fez revolução em nosso continente. Quem a fez foi o Movimento 26 de Julho, aqui em Cuba, e a Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua. Movimentos que tinham contato com as bases populares, sem preconceitos, capazes de captar os valores populares e, inclusive, seus sentimentos religiosos.” “Estou de acordo com o que você diz”, retrucou.

Falamos também da Teologia da Libertação. Narrei a sua gênese e os problemas com o poder eclesiástico. Em seguida, perguntei-lhe que recursos eram utilizados na formação ideológica das novas gerações cubanas. Ele confirmou a minha suspeita de que, em Cuba, como na maioria dos países socialistas, não havia um programa específico de conscientização política. Supunha-se – equivocadamente – que a própria sociedade socialista, por meio de seu aparelho ideológico, como escolas e meios de comunicação, formava a cabeça da juventude. Se, de um lado, isso era verdade, de outro, não se podia ignorar que o socialismo é contemporâneo do capitalismo, e de um capitalismo tecnologicamente muito mais avançado. Confiar a formação ideológica aos sistemas formais é ceder à pretensão de que eles possam sobrepor-se aos sistemas informais do consumismo capitalista, como a música, a moda, e os atrativos de enaltecimento do ego.

Fidel ouviu-me atento e defendeu-se: “O internacionalismo é um fator importante na formação de nossa juventude. Duzentos mil cubanos já passaram por Angola, onde temos atualmente 40 mil jovens. Mas é verdade que o egoís-



Fidel Castro

mo ainda não foi erradicado de nossa sociedade”. Insisti: “Preocupa-me muito a educação ideológica das novas gerações. E não creio que um partido comunista possa fazê-lo, pois seus limites são estreitos e o importante é justamente atingir aqueles que estão fora do partido. Também não vejo como a escola formal possa dar conta dessa tarefa”. “Qual seria a sua sugestão?” – indagou Fidel. “A metodologia de educação popular no fortalecimento de movimentos populares”, respondi.

Descrevi meu trabalho em educação popular e o que significa a concepção metodológica dialética, que se contrapõe à metodologia *bancária* denunciada por Paulo Freire – e paradoxalmente ainda em voga, na época, em países socialistas. Considerei oportuno tocar no nome de Paulo Freire, injustamente “queimado” por comunistas brasileiros, inclusive em Cuba. Alegavam que suas concepções eram idealistas, à luz da filosofia cristã e, portanto, inaceitáveis para quem assume a concepção materialista da natureza e da história. Tais críticas baseavam-se numa leitura superficial de suas primeiras obras, como *Educação como prática da liberdade*. Sua evolução ideológica se reflete em *Pedagogia do oprimido* e *Cartas à Guiné-Bissau*. Mas os críticos ignoraram essas obras, ainda que seu método de educação popular e de alfabetização fosse adotado por países africanos recentemente libertados, e pela Nicarágua sandinista. “Numa próxima viagem, fale disso com o ministro da Educação e com os teóricos do Partido”, recomendou-me o dirigente cubano.

Passava de uma da madrugada quando Fidel despediu-se de mim. Antes de sair, observei: “Em julho de 1980, em nosso primeiro encontro, em Manáguá, indaguei qual era a posição do governo de Cuba frente à Igreja católica local. Hoje, pergunto: interessa, de fato, ao governo cubano que a Igreja aqui assuma a linha da Teologia da Libertação?”. Fidel não relutou em dizer que sim.

Desse encontro surgiu a semente de se fundar em Cuba um centro de educação popular na linha do método Paulo Freire: o Centro Martin Luther King, atuante ali há mais de vinte anos.

Entrevista

Chomy Miyar, secretário do Conselho de Estado, me convidou para jantar em sua casa na noite de quinta, 14 de fevereiro de 1985. Eu me encontrava em Cuba participando do prêmio literário de Casa de las Americas. Em Havana, este era considerado o mais irrecusável dos convites. Era o mesmo que ser convidado por Fidel, que só não abria as portas de sua casa aos amigos por ver-se obrigado a morar clandestino no próprio país, por razões de segurança.

Ao café, ruídos de freada brusca e de bater portas. Era meia-noite quando Fidel entrou. Tomou assento entre livros e discos, aceitou uma única dose *cowboy* de uísque e bebericou lentamente. “Descobri uma área na qual somos concorrentes”, disse a ele. “Qual?” “Cozinha. Sou filho de uma especialista na matéria. Minha mãe é autora de um clássico, *Fogão de lenha, 300 anos de cozinha mineira*.” “Minha especialidade são os camarões”, precisou o líder cubano.

Retomamos os temas do encontro com os escritores latino-americanos do Prêmio Casa de las Americas, naquela tarde: “Você disse que gosta de perguntas aparentemente embaraçosas. De fato, vejo em sua personalidade uma compulsiva atração pelo desafio. De onde vem essa propensão a jamais perder, de seu pai ou de sua mãe?”, indaguei. “Dos dois. Minha mãe era muito religiosa e meu pai, cético. O que não me agrada em entrevistas são as perguntas de caráter subjetivista ou daqueles que me consideram dotado de um excepcional carisma, capaz de mover a história. Não são os indivíduos isolados que fazem a história. E eu não me considero um caudilho.” “Todo ser humano deveria ter um mínimo de distanciamento de si mesmo, no sentido brechtiano do termo”, observei. “Assim teria senso de autocritica e não se daria mais valor do que merece.” “Se há algo que repudio fortemente” – frisou Fidel – “é a ideia de ser uma figura mítica. Jamais me esqueço da frase de Martí, de que ‘toda glória do mundo cabe num grão de milho’.”

“Há dois tipos de políticos” – comentei – “os que se movem por seus interesses pessoais, ainda que sob o aparente pretexto de defesa das demandas coletivas, e aqueles que não temem nenhum risco por colocarem as causas sociais acima inclusive de sua sobrevivência física. Pode-se acusar um guerrilheiro de tudo, menos de buscar o poder como objeto do desejo pessoal, pois as chances de chegar a ele, vivo, são pequenas frente à ameaça permanente de morte.”

Aproveitei para sondar como encarava minha atividade pastoral em Cuba. Um funcionário do Departamento de América me dera a entender, naqueles dias, que eu não devia proferir palestras ou cursos para cristãos cubanos – informação que preferi omitir para não criar clima de intriga. “Em sua opinião, até que ponto devo promover aqui encontros e seminários, debates e retiros com os cristãos?” “Só você pode realizar essas atividades. Eu não, não sou teólogo”, sugeriu Fidel, deixando-me satisfeito por também Piñeiro ter ouvido a resposta. “Escrevi um pequeno texto, *Cristianismo & Marxismo*, que talvez possa ajudar a reflexão dos cristãos e dos comunistas cubanos.” “Podemos publicá-lo aqui. Eu poderia anexar alguns textos meus e, quem sabe, daria a você uma entrevista específica sobre a questão religiosa. Você leu o que falei sobre cristianismo e marxismo em minha visita ao Chile, em 1971?” “Sim, li também o que você disse sobre o tema na Jamaica, em 1977, e aqui em Cuba.”

Exultante com a brecha, agarrei o pássaro no ar: “Gostaria de fazer uma longa entrevista com você, para ser publicada em livro destinado ao público jovem do Brasil.” “Estou disposto a concedê-la. Quando você poderia retornar?” “Talvez em maio; seria possível?” “É uma boa época”, concordou Fidel.

Retornei a Havana em maio de 1985, em companhia de meus pais. Fidel me chamou a seu gabinete: “Vamos deixar a nossa entrevista para outra ocasião. Preciso me preparar melhor”, justificou-se. Um fato novo modificara a conjuntura e, com certeza, a própria atenção de Fidel: as transmissões piratas da rádio Martí, de Miami para Cuba, com 50 mil watts de potência e 14 horas diárias

de programação. Havia sido proposta por Reagan como “um instrumento de conscientização dos cubanos”. Apesar da conjuntura desfavorável, meu anjo da guarda soprou-me ao coração: “É agora ou nunca”. Veio-me à mente *O velho e o mar*, de Hemingway. Concentrei todos os esforços na pesca daquele peixe. Fidel não podia escapar-me. Lancei mão de todos os argumentos. “Que perguntas você gostaria de fazer-me?”, indagou ele, abrindo o flanco.

Eu havia preparado uma lista de 64 questões, a começar por sua infância, a vida escolar, o perfil da família, a formação cristã etc. Li as primeiras e, logo, ele me interrompeu: “Muito bem, começamos amanhã”.

A longa entrevista demandou quatro encontros e 23 horas. Em novembro de 1985, *Fidel e a religião* foi lançado em Cuba. Trezentos mil exemplares foram vendidos em menos de 48 horas. Hoje, a tiragem cubana passa de um milhão. A obra mereceu tradução em 32 países e 23 idiomas. Ajudou a erradicar o medo dos cristãos e os preconceitos dos comunistas.

Mudanças econômicas

A Revolução Cubana é um gato de sete fôlegos. Sobreviveu a dez presidentes dos Estados Unidos, todos dispostos a enfraquecê-la; a inúmeras operações de sabotagens patrocinadas pela CIA; à crise dos mísseis; ao assassinato de Che Guevara; à guerra fria; à queda do Muro de Berlim; a 50 anos de bloqueio imposto pelo governo dos Estados Unidos.

O que explica tamanha resistência de uma nação com quase 12 milhões de habitantes, 110.861 km² e desprovida de recursos energéticos? Cuba produz apenas sobremesa e seus complementos, sabem disso os 2,5 milhões de turistas que a Ilha recebe anualmente: açúcar, cítricos, charutos, rum e muita arte, como música e cinema.

Apesar do quádruplo bloqueio – 1) o fato de ser ilha; 2) o único país socialista da história do Ocidente; 3) o bloqueio dos Estados Unidos; 4) o fim da União Soviética –, Cuba resiste por garantir à sua população condições dignas de vida. Há pobreza, não miséria; são gratuitos e de boa qualidade os serviços de educação e saúde; a todos é assegurada uma cesta básica mensal.

Malgrado as acusações de desrespeito aos direitos humanos – monitoradas pelos Estados Unidos, nação que mantém na base naval de Guantánamo o mais hediondo campo de concentração que o mundo atual conhece –, em 52 anos de Revolução não se conhece em Cuba um único caso de pessoas desaparecidas, assassinatos extrajudiciais; sequestros de opositores políticos; torturas e prisões ilegais. Não há crianças de rua nem famílias sobrevivendo debaixo de pontes.

A situação econômica do país, no entanto, exige medidas drásticas e urgentes. Além de o PIB ter encolhido 35% no “período especial” (1990-1996) – os anos de maior impacto ante o desaparecimento da União Soviética –, em 2008 dois furacões derrubaram cerca de 400 mil casas, arrasaram a lavoura e deixaram um prejuízo equivalente a US\$ 10 bilhões (20% do PIB). A crise financeira internacional fez o principal produto de exportação do país, o níquel, cair de US\$ 70

mil para US\$ 7 mil a tonelada, e o turismo, outra fonte de captação de divisas, retrocedeu. Em 2009, a produção agrícola encolheu 7,3%. Cuba não dispõe de um parque industrial significativo, importa 80% do material para construção civil e 32% dos alimentos que consome, e 50% das terras úteis permanecem ociosas – o que faz o governo promover, agora, uma nova reforma agrária.

O plano de reformas econômicas implica a demissão de pelo menos um milhão de funcionários públicos, com incentivos a que emigrem para pequenas e médias iniciativas privadas; o fim da *libreta* que assegura a cada cidadão uma cesta básica e das refeições em centros de trabalho (medida a ser compensada por aumento de salários); e a extinção da dupla moeda (o CUC, o peso conversível, vale atualmente 24 pesos tradicionais).

Com as novas medidas, o Estado deixa de ser o único empregador e protagonista econômico. Agora são concedidas licenças a empreendimentos privados a quase todos que solicitam. A dificuldade reside na carência de créditos, pois não há recursos, e na falta de acesso a matérias-primas, escassas e de difícil importação.

Na esfera política os efeitos das mudanças econômicas podem resultar no fim do centralismo democrático e na adoção de um modelo socialista próprio, baseado na descentralização democrática e socialista.

Sem dúvida, os cubanos aspiram a melhores condições de vida e ao fim dos fatores de incentivo ao turismo que estabelecem certa discriminação entre eles e os visitantes, como o uso de dupla moeda. E disso esteve consciente o VI Congresso do Partido Comunista, em abril, quando foram tomadas medidas de mudanças econômicas no país, a começar pela desestatização de setores de infraestrutura. Porém, não há sintomas de que desejem a volta do capitalismo. Nessas cinco décadas, não se tem notícia de uma única manifestação coletiva contrária à Revolução, como ocorreu nos países socialistas do Leste europeu antes da derrubada do Muro de Berlim.

Liberdade

Há meses, numa palestra em Brasília, um engenheiro me indagou por que há cubanos que deixam a Ilha. Respondi: pelas mesmas razões que frades deixam a vida religiosa; não é fácil viver numa sociedade de partilha, sem perspectivas de acumulação privada. Veio a segunda pergunta: Por que os cubanos não têm liberdade de viajar para o exterior, como temos no Brasil?

Reagi: temos quem, cara-pálida? Gostaria de falar de liberdade com a sua faxineira. Quantas vezes por ano ela visita a família no Nordeste? Quantas vezes saiu do país? E se fica doente, quem lhe assegura tratamento adequado? Os filhos dela chegam à universidade? Têm acesso a teatro, balé, literatura e artes plásticas, como a maioria do povo cubano?

Os cubanos viajam mundo afora. Hoje, há milhares de médicos e professores cubanos em 77 países do mundo, em missões de solidariedade, inclusive no Brasil. Se a viagem se justifica por razões culturais ou científicas, a Revolução

patrocina o giro internacional de grupos de balé e música, pesquisas científicas e tecnológicas. O que não existe é turismo individual como mero lazer... e evasão de divisas!

Fidel e Raúl, que sonharam e lideraram a Revolução, estão vivos, único caso de líderes revolucionários sobreviventes a cinco décadas da própria obra. Na noite do último 11 de dezembro de 2008, trafegando pelas ruas de Havana – onde participei do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos –, Raúl Castro comentou comigo: “Jamais acreditaria se me dissessem em 1959, que eu estaria presente à comemoração dos 50 anos de nossa Revolução”.

Ante as dificuldades que Cuba enfrenta – a maioria decorrentes do bloqueio, porém agravadas pelos frequentes furacões que destroem sua agricultura e parte considerável da infraestrutura, como a rede elétrica –, a Revolução está consciente de que não há muito a celebrar, e sim enfrentar o desafio de incutir nas novas gerações algo imprescindível ao seu aprimoramento: a convicção de que ela, como alternativa solidária diante do mundo injusto e desigual do capitalismo, precisa se reinventar, não como fato do passado, e sim como esperança de futuro.

Frei Betto é escritor, autor de *Calendário do poder* (Rocco), entre outros livros.
@ – fbetto@uol.com.br

Recebido em 16.5.2011 e aceito em 21.5.2011.